



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUPORÃ

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Praça Dr. João Borges
de Figueiredo, 200,
Centro

Telefone



77 3678-2119

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 08:00 às 12:00 h
e 14:00 às 18:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

LICITAÇÕES

ATAS DAS SESSÕES

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024 - SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 087/2024 - ROBERTA DIOGENES LTDA

HOMOLOGAÇÃO

- HOMOLOGAÇÃO DIS-033/202

CONTRATOS

EXTRATOS

- EXTRATATO DE DE CONTRATO DIS-033/2025
- RESUMO CREDENCIAMENTO N.º 001/2024 RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS N.º.065/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ E A EMPRESA WS SERVICOS MEDICOS LTDA OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO PSF - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, POVOADO DE PAJEÚ, NESTE MUNICÍPIO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS/MÊS





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2024 – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 087/2024

O Município de BOTUPORÃ, com sede na Rua Dep. João de Figueiredo, n.º 85, Centro, Botuporã - BA, CEP 46.570-005, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.782.479/0001-07, por intermédio do seu Prefeito, Sr. **Edmilson Antônio Saraiva**, e do Secretário de Educação, Gestor da Ata, Sr. **Robson Joaquim Da Silva**, celebra com o detentor qualificado abaixo, a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para futura aquisição em que se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Federal n.º 11.462/23, Decreto Municipal n.º 482/2024 e as demais normas legais correlatas.

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 006/2024 para Registro de Preços, conforme homologada pela Autoridade Competente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a aquisição de uniformes escolares para os alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Botuporã-BA, conforme especificações contidas em edital e seus anexos, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, o referido preço, oferecido pela empresa:

BENEFICIÁRIO DO LOTE ÚNICO	
RAZÃO SOCIAL:	ROBERTA DIOGENES LTDA
ENDEREÇO:	Avenida Antônio Pereira Lima, 362, bairro / distrito Centro, município Monte Santo de Minas-MG, CEP 37.968-000.
CNPJ:	27.363.322/0001-51
REPRESENTANTE LEGAL:	Roberta Diogenis
RG:	MG-11494640 SSP/MG
CPF:	043.418.436-56

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para a aquisição de uniformes escolares para os alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Botuporã-BA, conforme especificações contidas em edital e seus anexos, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO V do Edital de Pregão Eletrônico 006/2024, ao qual se vincula esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Rua Deputado João de Figueiredo, n.º 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 16:00:30 -03'00'

EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:04:31 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:043
41843656

Assinado de forma
digital por ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09
13:49:09 -03'00'





2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP ou Diário Oficial Próprio do Município, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

2.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Educação**.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total de expectativa para as aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços perfaz o montante de **R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais)**, seguindo os valores unitários do Anexo I (Relação de Produtos Selecionados por Fornecedor Vencedor do Processo de Compra desta Ata.)

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Mendonça, Nº. 161 – CEP – 46570.000 – Botuporã – Estado da Bahia, no horário das 08h às 12h horas e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou em outro local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2. O prazo para a apresentação das amostras, quando solicitadas, será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à emissão da ordem de fornecimento, e poderá ser entregue via Correios ou por qualquer outro meio escolhido pela contratada.

5.3. Os prazos acima estipulados poderão ser prorrogados por comum acordo entre as partes, mediante comprovação pelo **DETENTOR DO REGISTRO** da impossibilidade de entrega no prazo inicialmente previsto.

5.4. O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusiva do **DETENTOR DO REGISTRO**, sem qualquer custo adicional. Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, o **DETENTOR DO REGISTRO** deverá substituí-lo ou complementá-lo.

5.5. Ao Município de BOTUPORÃ reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com o previsto neste contrato, podendo cancelar o mesmo e aplicar o disposto no art. 90, § 7º da Lei Federal n.º 14.133.

5.6. O **DETENTOR DO REGISTRO** é obrigado a substituir, de imediato e às suas expensas, mercadorias e serviços em que se verificarem irregularidades.

5.7. O **DETENTOR DO REGISTRO** deverá arcar com as despesas de transporte e carga/descarga do objeto quando da entrega, diretamente nos locais a serem indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

5.8. Os produtos deverão estar acondicionados de forma que garantam o seu perfeito recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 16:00:41 -03'00'

EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON
ANTONIO SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:03:53 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:043
41843656

Assinado de forma
digital por ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09
13:49:32 -03'00'





DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Fiscalização e a Gestão deste contrato serão realizadas por servidores deste município.

6.2. A Administração Municipal, através dos servidores abaixo designados, terá amplos poderes para acompanhar, inspecionar, fiscalizar e exercer controle sobre as obrigações assumidas pelo fornecedor, conformes segue:

6.2.1. FISCAL:

Nome	Secretaria
Erli Costa das Neves - Decreto 658/2025	Secretaria Municipal de Educação

6.2.2. GESTOR:

Nome	Secretaria
Robson Joaquim da Silva	Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada, em conformidade com o disposto no Art. 95 da Lei 14.133/2021 e na legislação vigente, mediante:

7.1.1. Instrumento contratual;

7.1.2. Emissão de nota de empenho de despesa;

7.1.3. Autorização de compra.

7.2. O órgão convocará o fornecedor com o preço registrado em ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços:

7.2.1. Efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou

7.2.2. Assinar o contrato.

7.3. O prazo a que se refere o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceitação do órgão gerenciador.

7.4. Previamente à formalização de cada contratação, caberá aos órgãos (gerenciador e/ou participantes) interessados realizar consulta a fim de verificar a manutenção das condições de habilitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, após a

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA: 25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON JOAQUIM DA
SILVA: 25979879811
Dados: 2025.05.09 16:00:21 -03'00'

CNPJ: 13.782.479/0001-07
EDIMILSON ANTONIO
SARAIVA: 47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON
ANTONIO SARAIVA: 47437685515
Dados: 2025.05.09 16:03:35 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS: 0434
1843656

Assinado de forma digital
por ROBERTA
DIOGENIS: 04341843656
Dados: 2025.05.09 13:49:49
-03'00'





apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor designado para conferência e fiscalização da entrega do objeto solicitado, e posteriormente à liquidação.

8.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **DETENTOR DO REGISTRO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome do Município de BOTUPORÃ e a inscrição no CNPJ n.º 13.782.479/0001-07.

8.3. A(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ão) ser entregue(s) pelo **DETENTOR DO REGISTRO** diretamente ao(s) servidor(es) indicado no item 6.2.1 que somente atestará(ão) a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) e liberará(ão) a(s) referida(s) nota(s) fiscal(is) para pagamento quando cumpridas pelo **DETENTOR DO REGISTRO** todas as condições pactuadas.

8.4. Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(is) ou circunstância(s) que impeça(m) a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) ao **DETENTOR DO REGISTRO** pela e o(s) pagamento(s) ficará(ão) pendente(s) até que aquele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de BOTUPORÃ.

8.5. O Município de BOTUPORÃ efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2 Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.2.1 Caso o **DETENTOR DO REGISTRO** que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o **DETENTOR DO REGISTRO** não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao **DETENTOR DO REGISTRO** requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.3.1 Para fins do disposto neste item, deverá o **DETENTOR DO REGISTRO** encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas;

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 10:00:08 -03'00'

EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON
ANTONIO SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 10:03:16 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:043418
43656

Assinado de forma digital por
ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09 13:50:05
-03'00'





9.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o **DETENTOR DO REGISTRO** obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro;

9.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

9.3.4 Na hipótese de comprovação do disposto no item 9.3 e subitem 9.3.1 da presente Ata e não havendo licitantes no Cadastro Reserva que aceitem o fornecimento pelo preço anteriormente registrado, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O DETENTOR DO REGISTRO terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado.

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado.

10.1.4. Sofrer sanções previstas no incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

10.2.1. Por razão de interesse público;

10.2.2. A pedido do fornecedor decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, por motivo fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.2.4. Se não houver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON JOAQUIM
DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 13:59:50 -03'00'

EDIMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDIMILSON
ANTONIO SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:02:57 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
43656

Assinado de forma digital por
ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09 13:50:22
-03'00'





11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

11.1.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.4 e subitens 11.1.6 a 11.1.7 desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 15:59:36 -03'00'

EDIMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:02:38 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:04
341843656

Assinado de forma
digital por ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09
13:50:44 -03'00'





d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tanque Novo - BA para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

Botuporã, 09 de maio de 2025.

Rua Deputado João de Figueiredo, nº 85 – CEP: 46570.005 – Botuporã – Bahia Fones: (77) 3678-2315 – 3678-2119
CNPJ: 13.782.479/0001-07

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 15:29:20 -03'00'

EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 15:02:20 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:04
341843656

Assinado de forma
digital por ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09
13:50:59 -03'00'





EDIMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

Assinado de forma digital por EDIMILSON
ANTONIO SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:02:02 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUPORÃ

EDIMILSON ANTÔNIO SARAIVA
PREFEITO

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 15:58:59 -03'00'

ROBSON JOAQUIM DA SILVA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROBERTA
DIOGENIS:0434
1843656

Assinado de forma digital
por ROBERTA
DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09 13:52:07
-03'00'

ROBERTA DIOGENES LTDA
Detentora do Registro de Preços





ANEXO À ATA DE REGISTO DE PREÇOS Nº 012/2025

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	BERMUDA vermelha, com elástico (65% poliéster e 35% elastodieno) 35 mm. Na cintura com acabamento em máquina catraca 04 agulhas, costurado com linha 120 (100% poliéster), na parte inferior da bermuda, acabamento em bainha com máquina de cobertura duas agulhas. Tamanho a combinar. MARCA PRÓPRIA	2.500	UND	R\$ 11,64	R\$ 29.100,00
1.2	CAMISA BRANCA COM DETALHES VERMELHO , fio 30, com 67% algodão e 33% poliéster na cor branca, com mangas e viés azul na gola com 0,5 cm, viés azul no corte da manga com 1 cm, silk screen colorido na parte da frente com a bandeira do município de Botuporã (6cm de altura x 9cm de largura) e costa com a logomarca do Governo do Município. Tamanho a combinar. MARCA PRÓPRIA	2.500	UND	R\$ 13,58	R\$ 33.950,00
1.3	CAMISA BRANCA COM DETALHES AZUL , fio 30, com 67% algodão e 33% poliéster na cor branca, com mangas e viés azul na gola com 0,5 cm, viés azul no corte da manga com 1 cm, silk screen colorido na parte da frente com a bandeira do município de Botuporã (6cm de altura x 9cm de largura) e costa com a logomarca do Governo do Município. Tamanho a combinar. MARCA PRÓPRIA	2.500	UN	R\$ 13,58	R\$ 33.950,00
VALOR GLOBAL: R\$ 97.000,00 (NOVENTA E SETE MIL REAIS)					

ROBSON JOAQUIM DA
SILVA:25979879811

Assinado de forma digital por ROBSON
JOAQUIM DA SILVA:25979879811
Dados: 2025.05.09 16:01:23 -03'00'

EDIMILSON ANTONIO
SARAIVA:47437685515

CNPJ: 13.782.479/0001-07

Assinado de forma digital por EDIMILSON
ANTONIO SARAIVA:47437685515
Dados: 2025.05.09 16:04:52 -03'00'

ROBERTA
DIOGENIS:04341843
656

Assinado de forma digital por
ROBERTA DIOGENIS:04341843656
Dados: 2025.05.09 13:52:32 -03'00'





EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, resolve homologar e adjudicar o **Processo Administrativo nº 069/2025, Dispensa de Licitação nº 033/2025, Objeto:** Contratação de empresa especializada para locação de palco, sonorização, iluminação, gerador, banheiros químicos e camarim destinado a comemoração do tradicional dias das Mães no Povoado Pajeú no município de Botuporã-Ba. **Empresa:** MF SOM E ESTRUTURAS LTDA, inscrita no CNPJ: 27594.364/0001-01, localizado na Avenida Vereador Va Donato, 531, B, Nova Olinda, Guanambi-Ba. **Valor Global da Contratação:** R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais). Botuporã/BA, em 09 de maio de 2025. Edimilson Antônio Saraiva - Prefeito Municipal.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2025**

Processo Administrativo nº 069/2025. Dispensa de Licitação nº 033/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ, inscrita no CNPJ sob o nº 13.782.479/0001-07, com sede na Rua Deputado João Figueiredo, nº. 85, Centro, Botuporã, Estado da Bahia. **Contratada: MF SOM E ESTRUTURAS LTDA**, inscrita no CNPJ: 27594.364/0001-01, localizado na Avenida Vereador Va Donato, 531, B, Nova Olinda, Guanambi-Ba. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para locação de palco, sonorização, iluminação, gerador, banheiros químicos e camarim destinado a comemoração do tradicional dias das Mães no Povoado Pajeú no município de Botuporã-Ba. **Valor Global da Contratação:** R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais) . **Data da Assinatura:** 09 de maio de 2025. **Vigência:** 09/05/2025 a 09/06/2025.





**RESUMO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 RESUMO
DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MÉDICOS Nº.065/2025 CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ E A EMPRESA WS
SERVICOS MEDICOS LTDA**

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços Médicos no **PSF** - Programa de Saúde da Família, Povoado de Pajeú, neste município, com carga horária de 40 horas/mês. **Valor Total Estimado:** de **R\$ 156.000,00 (Cento e cinquenta e seis mil reais)**. **Data de Assinatura:** 08/05/2025. **Vigência:** 08/05/2025 a 08/05/2026. **Assinaturas:** Edimilson Antônio Saraiva – Contratante **WS SERVICOS MEDICOS LTDA.** – Contratada.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/B16C-81CC-5876-5C7E-8EA9> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B16C-81CC-5876-5C7E-8EA9



Hash do Documento

4c60573387f10893a5b33060681a9d1254b8e07cc8419bbda13a2250bbc17536

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/05/2025 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 09/05/2025 19:12 UTC-03:00